

ATA DA 52ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE ECONOMIA E INOVAÇÃO
- CTEI/CIF -

No dia seis do mês de abril de dois mil e vinte e um, às treze horas e dez minutos, por videoconferência pela plataforma Teams, teve início a **52ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Economia e Inovação – CTEI/CIF**, constituído no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG.

Da lista de presença constam: Beatriz Coimbra(FLACSO); Hugo Tofoli (ADERES); Alécia Cunha (SEDESE/MG); Marcio Freitas (SETADES); João Junior (INCAPER); Francyele Subtil (ADERES/ES); Amarildo Pereira (ACIAM); Elis Licks (SETADES); Margareth Saraiva (SEAMA); Thais Cristina (Fundação Renova); Vicente Pereira (IJSN); Ana Lage (Fundação Renova); Andrea Furtado(Fundação REnova); Andreia Aparecida (Fundação REnova); Andressa Ribeiro(RAMBOLL/MPF); Anizio Vianna (Fundação Renova); Antonio de Padua (Fundação Renova); Arthur Teixeira (Fundação Renova); Camila Camilo (Fundação Renova); Celso Sekiguchi (RAMBOLL/MPF); Claudia Laureth (FLACSO); Cristiane (Fundação Renova); Elton Moura(FAPES); Gabriel Kruschewsky (Fundação Renova); Gabriela d'Ávila (Fundação Renova); Ione Jesler (RAMBOLL/MPF); Alejandro Prado (SEAG/ES); Jucilene Martins(Fundação Renova); Lorena Gontijo (Comitê Gestor Pro Rio Doce); Marcelo (Ernst & Young); Maria Celia (Atingida); Mayara Sansur(SEAPA); Nani (Atingida); Paulo Lacerda (Fundação Renova); Paulo Lessa (Fundação Renova); Pedro Bigolin (ATI ASPERQD); Pedro Moll (Pref. Mariana); Renato Cardoso (MAPA); Rafael do Pompermayer (Fundação Renova); Roberto (Fundação Renova); Ronan Cunha (FGV); Sergio Ferreira(Fundação Renova); Tarcísio Caires (Ramboll); Victor Prosdocimi (SEDE/MG); Tháís Vilas Boas (Comitê Gestor Pro Rio Doce); Thiago Lapa (Fundação Renova); Virgínia Mascarenhas (FAPEMIG); Bianca (Centro Agroecológico Tamanduá); Lineu Ribeiro(ATI Barra Longa/MG); Marcos (Atingido CRQD); Helen Araújo (FEAM); Silverio da Luz (Pref. Mariana); Jose Pavuna (Atingido - Tumiritinga/MG; André Mapa(Fundação REnova); Arthur Lima (Fundação Renova); Diogenes Lima (Fundação Renova); Elaine Vasconcellos (Atingido – Conselheiro Pena); Flavia Toledo (RAMBOLL/MPF); Giorgio Peixoto (Fundação Renova); Gustavo Ribeiro (E&Y); Juliana (ATI Barra Longa); Nani Pires (Atingido Pontal do Ipiranga).

O coordenador, sr. Hugo Santos Tofoli, cumprimentou a todos e, após rodada de apresentação deu início aos trabalhos da **52ª Reunião Ordinária da CT-EI** com a participação dos membros da CT-EI, comissão de atingidos, assessorias técnicas, Fundação Renova e convidados.

1. Pautas Gerais

Pauta	Discussão
a. Aprovação da Atas da 45ª, 50ª e 51ª RO da CT-EI. (CT-EI)	<u>Registro a aprovação, por unanimidade, das Atas da 45ª, 50ª e 51ª Reuniões Ordinárias da CT-EI.</u>

2. Retomada Atividades Agropecuárias (PG17)

Pauta	Discussão
a. Informe do GT-PG17	João Junior informou que foi realizada uma pré-análise do programa 17 e aguardará as oficinas internas da CT-EI para finalizá-las. Gabriel Kruschewsky perguntou se haveria a possibilidade de estabelecer uma agenda de reuniões do GT-AGROPEC. João Junior concordou. Se comprometeu em verificar com os membros uma data para realização da reunião ordinária do GT. Sergio Filho perguntou se haveria uma nova data para a reunião que foi cancelada. Questionou se a reunião seria retomada antes dos encontros que aconteceria a partir do dia 16/04/2021,citados pelo coordenador da CT-EI. João Junior explicou que aconteceria somente após as reuniões de interfaces dos programas. Sergio Filho pediu que fosse registrado em ata a previsão de um calendário de reunião 2021 do GT-AGROPEC.

<p>b. Apresentação de forma detalhada da resposta aos questionamentos colocados pela Elaine Vasconcellos da comissão de atingidos de Conselheiro Pena. (Fundação Renova);</p>	<p>Gabriel Kruschewsky apresentou o tema proposto. A apresentação consta em memória de áudio e vídeo e está disponível para eventuais consultas.</p> <p>Maria Célia disse que participou da mesma reunião que foi repassada erroneamente a informação. Solicitou que seja realmente realizado como foi apresentado e esclarecido pela Fundação Renova. Elaine Vasconcellos disse que um dos objetivos da discussão na CT-EI era o alinhamento em todo o território. Questionou com relação algumas reparações que serão feitas por indenização qual tipo de indenização será realizada. Gabriel Kruschewsky explicou que será a indenização que está sendo tratada com cada atingido e tudo que está sendo previsto de ser indenizado. João Junior perguntou se os 12 primeiros meses serão concomitantes aos 24 meses de ATER ou 12 meses só reparação e depois 24 meses de ATER. Pediu que fosse explicado melhor com relação a cláusula 127 aplicada ao PG17 como seria feito essa espécie de compensação em outras áreas da propriedade e qual área será calculada, a que recebeu lama ou toda APP. Gabriel Kruschewsky com relação a ATER elucidou que serão 12 meses mais 24 meses, conforme estabelece o TTAC. Com relação a compensação disse que não será recuperando dentro da faixa de 5 metros e será jogada para dentro da área onde não foi atingida e que as áreas atingidas além da faixa de recuperação ou APP de uso consolidado seriam recuperados normalmente, conforme legislação. Destacou que somente a faixa de recuperação que é de obrigação de cada produtor não seriam realizadas, pois vai contra a legislação vigente e a cláusula 127 do TTAC. Elaine Vasconcellos perguntou se seria incluído as áreas onde a lama ficou depositada, as nascentes, áreas degradadas e barraginhas. Observou que não consta no TTAC que o produtor teria que entrar com parte da indenização que recebeu. Indagou como o produtor iria trabalhar se não foi indenizado. Citou que a cláusula 125, subseção 02 e 06, não consta nada a respeito de indenização. Gabriel Kruschewsky informou que a partir do momento que o produtor foi indenizado a reparação daquele bem foi reparado. Esclareceu que dentro do programa contempla as reparações de solo e a irrigação. Disse que a propriedade que tiver que fazer seria dentro do programa 17. Lineu Ribeiro perguntou se existe uma área dentro da propriedade do produtor que consiga compensar essas áreas de beira de rio, caso não consiga quais seriam os outros dispositivos que poderiam ser construídos junto com a Fundação Renova para reparar esse dano. O representante da Fundação Renova esclareceu que a estratégia de reparação entre a montante de Condonga e jusante de Condonga são diferentes. Giorgio Peixoto destacou que em relação a Barra Longa o cenário é bem diferente do que foi informado, pois se trata do PASEA. Pontuou que em Barra Longa quem aderiu ao PASEA está recebendo um trabalho maior do que foi impactado. Elaine Vasconcellos pediu para que as questões debatidas fossem incluídas dentro da revisão do PG 17.</p>
---	--

3. Apresentação dos Follow up

Pauta	Discussão
<p>a. Follow up do PG-17</p>	<p>Gabriel Kruschewsky apresentou o tema proposto. A apresentação consta em memória de áudio e vídeo e está disponível para eventuais consultas.</p> <p>João Junior perguntou com relação ao PSA no alto do Rio do Doce como está o andamento. Questionou que não foi apresentado o cronograma e o orçamento do médio e baixo Rio Doce. Disse que na nova versão alguns itens de solo e reparação estavam zerados. Gabriel Kruschewsky informou que o PSA, principalmente jusante de Condonga, já paga pelo serviço ambiental prestado aos produtores via programas compensatórios, mas em montante de Condonga tem a previsão de pagar esse ano pelo PG 27 e PG</p>

	<p>25. Giorgio Peixoto com relação ao PSA complementou que conforme a programação os produtores seriam abordados até metade do ano. Gabriel Kruschewsky com relação ao cronograma e o orçamento os slides foram ocultados pois vinham sendo apresentados nas reuniões, no entanto os PTIPs ainda não foram elaborados. Disse que não sabe o quanto de solo será reparado e quanto irá custar o sistema de irrigação. Destacou que o orçamento de jusante da parte do ES está baseado na ATER. João Junior sugeriu que o outro programa dê prioridade para o pagamento do PASEA aos produtores que aderirem ao PG 17, que sejam criadas notas, pontuações que possibilite vantagens por estarem inseridos no processo e se adequando. Gabriel Kruschewsky explanou que o PASEA será pago aos produtores que aderirem ao PG 17.</p> <p>Elaine Vasconcellos questionou se seria realizado novo cálculo para quem não está recebendo devidamente a silagem.</p> <p>Gabriel Kruschewsky explanou que o pagamento do PSA depois de Candonga é feito por programas compensatórios, não são as propriedades que estão na calha e tem toda uma dinâmica com o comitê de bacia dentro da CT-FLOR para selecionar as microbacias que são elegíveis de receber. Deixou claro que as propriedades da calha elegíveis ao PG 17, necessariamente, não receberão o PSA. Disse com relação a silagem que falou de montante de Candoga. Lineu Ribeiro perguntou qual o tipo de acompanhamento e perspectivas da CT-EI com relação a apresentação. Rafael Pompemayer disse que a Ernst Young faz toda análise no âmbito de auditorias de asseguaração dos programas e avalia conforme os indicadores inseridos na definição dos programas, após, o relatório é encaminhado às CT's para validação e em seguida é protocolado no CIF. Gustavo Soares explicou que as avaliações dos programas são baseadas no TTAC de forma mais finalísticas e as avaliações dos programas são realizadas após as definições estarem aprovadas. Disse que estando os indicadores aprovados é realizada uma avaliação dos resultados conforme rege o TTAC. Lineu Ribeiro pediu à CT-EI se poderia apresentar uma resposta clara dos indicadores que foram atingidos, quantas e quais metas foram atingidas, qual a visão da câmara técnica, como está sendo feito o acompanhamento dessas metas. Pontuou que seria importante dar uma resposta desse acompanhamento aos atingidos, municípios e assessorias. Tarcísio Caires disse que seria uma pauta interessante para a reunião do GT-AGROPEC para se ter um estabelecimento de critérios e metas mais claras a respeito desse atendimento ou do não fornecimento de silagem. Observou conforme a fala do Lineu Ribério que talvez ainda não exista um critério claro para essa situação. Destacou que não foi dado encaminhamento para o questionamento de qual seria o critério, se estaria pacificado dentro da CT-EI e se existe monitoramento de atendimento ou não para as condições para possuem o fornecimento da silagem. João Junior pontuou que seria importantes manifestação por parte dos membros de MG.</p> <p><u>Registro que a partir desse ponto a reunião segue com a coordenação do André Serretti.</u></p> <p><u>Registro que ficou pendente de reposta a questão do Lineu Ribeiro.</u></p> <p>André Serretti encaminhou que a resposta será enviada ao Lineu Ribeiro e apresentada para todos na 53ª RO da CT_EI.</p>
<p>Encaminhamento 52.1</p>	<p>A coordenação da CT-EI encaminhará uma reposta ao questionamento do Lineu Ribeiro.</p>
<p>Encaminhamento 52.2</p>	<p>A coordenação do GT-AGROPEC, caso seja possível, apresentará a reposta ao questionamento do Lineu Ribeiro na 53ª RO da CT_EI.</p>

<p>b. Follow up do PG-15</p>	<p>Gabriela d'Ávila apresentou o tema proposto. A apresentação consta em memória de áudio e vídeo e está disponível para eventuais consultas.</p> <p>Celso Sekiguchi perguntou com relação ao slide 04 qual o status do Seis de Drones, se foi encerrado, tem relatório e foi finalizado. Questionou com relação ao Hub de Inovação pelo PG 15 e PG 18, Casa do Empreendedor, como ficou o status do termo de parceria ou de cooperação. Pediu para registrar os esclarecimentos da Fundação Renova com relação a quanto foi estendido de prazo por conta do Include e o orçamento que teve uma variação. Gabriela d'Ávila explicou com relação a Sky vídeo, projeto do drone para avaliação de parâmetros físico/químico da água, que foi finalizado em janeiro/2021 com a entrega da validação do protótipo pela equipe técnica e área de contratos da Fundação Renova. Informou que em virtude do prazo do convênio e das chuvas não conseguiram fazer a execução em campo, mas em um ambiente controlado do drone, uma piscina, conseguiram validar o projeto. Explanou que foi produzido um relatório crítico de encerramento do projeto. Anízio Vianna com relação a Casa do empreendedor informou que o processo está em andamento e a previsão de inauguração será até o final de ano. Pontuou que está em processo de formalização conforme foi acordado com a CT-EI de que o termo será assinado antes do início das atividades da casa. Gabriela d'Ávila com relação ao Empreende disse que houve um ajuste de prazos e custos devido a detalhamento da revisão de custos, foi incluído um projeto de maior duração que é o Include, a previsão inicial foi dilatada e frente a versão apresentada será realizado uma retificação nos ajustes de custos após a apresentação na CT-EI. Celso Sekiguchi com relação a Sky Vídeo e Projeto da UNIVALE que foram encerrados houve alguma internalização dessas tecnologias para algum público no território. Gabriela d'Ávila esclareceu que o escopo do projeto da UNIVALE a internalização ocorreu na divulgação do resultado por meio da publicação de artigos e dissertação de mestrado de uma das alunas envolvidas no projeto. Com relação ao Sky vídeo não houve evolução de eventual validação, utilização ou avaliação da viabilidade de utilização do drone nos processos da Fundação Renova em virtude ter priorizado de fazer um novo contrato com a Sky Vídeo. Destacou que caso seja interesse da área técnica demandante de uso da água poderá acionar o parceiro para fazer essas outras validações.</p>
<p>c. Follow up do PG-16</p>	<p>Thiago Lapa apresentou o tema proposto. A apresentação consta em memória de áudio e vídeo e está disponível para eventuais consultas.</p> <p>Camila Camilo citou a reunião técnica que está acontecendo com relação ao edital de apoio as cadeias produtivas. Solicitou um retorno do GT- PG 16 a respeito das respostas ao ofício dos questionamentos ao edital e da ATER. Tarcísio Caires sugeriu retornar esses pontos no informe do PG 16. Questionou se as cartilhas já estão em formato final e após aprovação serão novamente submetidos à CT-EI. Perguntou como ocorreu a inclusão de Regência no projeto "Cultivando pra pesca", se está sendo trabalhado remotamente a sua capacitação, como está sendo o acompanhamento do treinamento para mexer nas unidades produtivas, se há uma previsão para implantação das unidades produtivas e se já foi implantada a unidade padrão do IFES. Thiago Lapa informou que as cartilhas estão na fase inicial, no texto bruto e sem imagem, após aprovação da gerência será encaminhado para empresa de diagramação. Destacou que não há problemas em submetê-las à CT-EI. Camila Camilo explicou com relação aos questionamentos do projeto "Cultivando pra pescar" que na reunião foi informado como surgiu o interesse por parte da Regência e que após divergências entre a associação e a comunidade um grupo de pessoas demonstraram interesse em participar do projeto. Disse que devido as restrições devido a pandemia o grupo de regências foi prejudicado no contexto das capacitações de modo presencial. Explanou que a partir do</p>

	<p>momento que Regência aderiu ao processo passaram a fazer parte dos atendimentos online, via remoto, onde está sendo disponibilizado os materiais e ocorrendo à disponibilização dos técnicos para tirar dúvidas em relação aos treinamentos e capacitações que estão sendo realizadas. Arthur Lima complementou dizendo que as capacitações estão previstas para ocorrer, devido a pandemia não possibilidade de fazer as capacitações presencias os materiais, de modo remoto há dificuldade de acesso à internet pelas comunidades e os materiais estão sendo enviados pelo IFES semanalmente por WhatsApp. Esclareceu com relação a implantação dos módulos que o primeiro está previsto para junho/2021 na comunidade de AREAL e a última comunidade que teria início das montagens seria Regência no mês de agosto/2021. Pontuou que nesse intervalo, entre junho e agosto/2021, estariam sendo contempladas a comunidade de Povoação e Entre Rio. Com relação a unidade padrão do IFES está previsto para ser montado conjuntamente com o final da montagem de Regência em virtude da equipe técnica envolvida. Reforçou que a montagem do IFES deve ocorrer em setembro ou outubro/2021. Sinalizou que está sendo realizada conversar com a equipe técnica do IFES para a analisar a possibilidade de início da montagem do sistema no IFES de forma mais acelerada contando com apoio dos bolsistas da própria instituição. Luciana Oliveira perguntou se o curso do IFES tem a ver com o plano de sustentabilidade da Foz e como está o projeto do “Cultivando para Pescar” na comunidade de Entre Rios. Camila Camilo esclareceu que o plano de sustentabilidade está sendo tratado e desenvolvido pela área de turismo, cultura, esporte e lazer. Destacou que provavelmente em algumas ações que tenha a possibilidade de estar desenvolvendo o turismo considerando a atividade pesqueira a área da pesca entrará em apoio a esse plano junto a área responsável. Arthur Lima com relação ao projeto em Entre Rios esclareceu que foi realizada uma primeira mobilização para seleção do público e escolha do local para implantação do projeto para iniciar as atividades, porém o local escolhido apresentou inviabilidade técnica para implantação sendo necessário a seleção de novo espaço. Disse que o IFES está organizando uma rodada de conversa com os envolvidos da comunidade para validação desse novo espaço. Destacou que após definido juntamente com a comunidade a seleção desse novo espaço será dado continuidade ao processo de regularização ambiental. Pontuou que as atividades de capacitação e treinamentos irão ocorrer normalmente.</p>
<p>d. Follow up do PG-18</p>	<p>Anizio Vianna e Diogenes Lima apresentaram o tema proposto. A apresentação consta em memória de áudio e vídeo e está disponível para eventuais consultas. Celso Sekiguch perguntou se o status do plano diretor e de mobilidade urbana está negociada. Anizio Vianna explicou que o plano diretor já foi encaminhado para aceite da Prefeitura de Mariana. Em relação a casa do empreendeu já está em fase final de obras e o termo de cooperação já está feito conforme designado pela NT da CT-EI. Celso Sekiguch pediu uma atualização mais tópica para redução de 10 para 05 bancos comunitários que seriam implementados. Anizio Vianna disse que está justificado no projeto, o orçamento teve que ser revisto e será verificado a possibilidade de numa segunda etapa executar os outros 05 projetos de Bancos Comunitários. Informou que foram criados critérios para que possam ser atendidas todas as regiões que foram impactadas. Luciana Oliveira pediu para registrar que a comissão de Regência é a favor dos fundos, mas repudiam alguns termos com relação ao desenvolve não contemplar o micro empreendedor individual. Celso Sekiguch demonstrou preocupação com os território devido o Bandes, com o desenvolve, suspender a linha de crédito e empréstimo para MEIs e suspensão do Compete pelo BDMG. Perguntou como a Fundação Renova vê a questão de mais a frente atender esse público de MEIs, que são os mais atingidos pela pandemia e desastre. O representante da Fundação Renova explicou</p>

	que a questão do MEI não está descartada nem em MG e nem no ES. Disse que está sendo feito dentro da carteira do BANDES a possibilidade de MEIs adimplentes poderem renovar o contrato e acessar o Desenvolve. Destacou que a questão do fornecimento de linhas de crédito para MEI não foi descartada e está sendo discutida dentro da fundação. Luciana Oliveira parabenizou a equipe da Fundação Renova pelo projeto da Foz – Meliponicultura. Pedro questionou no que tange a origem da verba e a relação com as comunidades como ficaria a idéia do edital com o processo concorrencial. Anizio Vianna explanou que não haverá grandes mudanças nem do ponto de vista técnica e nem de prazo. Celso Sekiguch pediu esclarecimentos com relação a ao slides 22 , projeto de agroecologia, qual seria a localização da Concentra. Anizio Vianna informou que o movimento sem terra solicitou a troca da cooperativa. Pontuou que na trará a localização correta da Concentra.
Encaminhamento 52.3	A Fundação Renova deverá apresentar a localização correta da Concentra.
e. Follow up do PG-19	<u>Registro que este ponto de pauta foi suprimido da reunião.</u>
f. Follow up do PG-20	<u>Registro que este ponto de pauta foi suprimido da reunião.</u>
g. Follow up do PG-42	<u>Registro que este ponto de pauta foi suprimido da reunião.</u>

Registro que a reunião se encerrou às quinze horas e cinquenta minutos do dia seis de abril de dois mil e vinte.

No dia sete do mês de abril de dois mil e vinte e um, às treze horas e cinco minutos, pela plataforma virtual Teams, foi retomada a segunda parte da **52ª Reunião Ordinária** da Câmara Técnica de Economia e Inovação – CTEI/CIF, instituída no âmbito do TTAC e do TAC-Gov, referentes ao desastre da Samarco em Mariana/MG. O coordenador da CT-EI, sr. Hugo Santos Tofoli, cumprimentou a todos e reiniciou os trabalhos, como detalhado a seguir:

Considerações Gerais	
Pauta	Discussão
Informes e solicitações	<p>Hugo Tofoli informou que os pontos suprimidos do dia anterior referente aos Follow ups dos PGs 19, 20 e 42, tendo tempo, ficariam para o final da reunião, caso contrário seriam apresentados como primeiro ponto na próxima reunião da CT-EI. Thais Vila Boas perguntou se seria possível colocar o item 5.b como último ponto de pauta. Sergio Filho também solicitou que o item 6 fosse apresentado no primeiro ponto. Gabriela d'Ávila considerando o prazo da pauta propôs inverter o PG 18 com o PG 20. Camila Camilo pediu para inverter apenas o item 06, pois há um conflito de agenda. Hugo Tofoli sugeriu colocar o item 06 como primeiro ponto de pauta e dar continuidade aos demais. Disse que o problema é de ordem da governança. Sergio Filho colocou que a ordem ficaria 06, 04 e 05.</p> <p><u>Registro que por unanimidade os pontos de pauta foram invertidos para a seguinte ordem de apresentação: primeiro ponto item 06 e em seguida o item 04 e 05.</u></p>

6. Estímulo à Contratação Local (PG20)	
Pauta	Discussão
a. Apresentação do percentual (tipo/motivo), acrescentando aos gráficos os valores contratuais acumulados, com	Arthur Almeida apresentou o tema proposto. A apresentação consta em memória de áudio e vídeo e está disponível para eventuais consultas.

<p>filtro dos últimos 06 meses, e quanto isso representa dos impedimentos pelo qual os fornecedores locais conhecidos não conseguiram participar dos processos de licitações.</p>	
<p>b. Apresentação do percentual (tipo/motivo), acrescentando aos gráficos os valores contratuais acumulados, com filtro dos últimos 06 meses, e quanto isso representa dos contratos que não apresentaram o nada consta. (Fundação Renova).</p>	<p>Arthur Almeida apresentou o tema proposto. A apresentação consta em memória de áudio e vídeo e está disponível para eventuais consultas.</p> <p>Amarildo Pereira com relação ao nada consta disse que espera não ter mais problemas. Com a questão das contratações ainda continua tendo problemas. Pontuou que uma empresa local que participou do processo de desenvolvimento, concorreu para fornecimento de alimentação fria, se preparou e investiu muito dinheiro, devido o contrato ter aumentado perdeu o contrato para uma empresa que presta um serviço de péssima qualidade e fora das conformidades da Fundação Renova. Destacou que algumas empresas de fora de Mariana, orientadas pela Fundação Renova, abriram CNPJ e que não deveriam ser consideradas como empresas locais, pois não são empresas da época do rompimento da barragem. Falou que do levantamento de contratos a empresas não conseguem participar do processo e muitos não apresentam suas propostas devido serem mal elaboração dos editais. Ana Lage disse que estar interinamente na coordenação do PG 20, está tomando conhecimento de algumas questões, tomou ciência das informações do Amarildo, está averiguando e verificando onde o programa 20 poderia apoiar nas questões de concerne a preparação de fornecedores. Destacou que é perigoso colocar algumas informações soltas. Esclareceu que existem vários critérios que compõem a leitura de um processo e não acredita que seja por valores que a empresa local não tenha oportunidade de ganhar a concorrência. Pontuou que as questões devam ser vistas de forma amplamente, pois pode ser tendencioso a formação de um conceito errôneo. Destacou que recebeu as informações e está sendo analisada internamente e após tiver tudo levantado serão apresentadas as justificativas. Hugo Tofoli reforçou que seja citado o caso. Pediu que ao trazer informações para as reuniões da CT-EI que sejam mais pontuais, detalhadas e identificando qual o ponto. Pontuou que o papel da CT-EI é averiguar se o processo ocorreu de forma lícita, regular, o cumprimento dos objetivos do programa e o TTAC. Sugeriu a Fundação Renova que as duas lâminas apresentadas fizessem parte do follow up e que fossem acrescentados mais dados como: quantas empresas foram capacitadas naquele período, quantas convocações entre outros, pois ajuda acompanhar, avaliar o cumprimento ou não do programa e precisão dos pedidos. Observou que o papel da CT-EI é trabalhar com isenção e buscar o cumprimento, a reparação e a compensação dos danos causado pela barragem. Ana Lage ressaltou que a Fundação Renova está à disposição para apresentar os procedimentos que são passados por auditorias nacionais e internacionais e que apesar de não ter dados históricos da avaliação farão todo o esforço para apresentar o que for solicitado. Amarildo Pereira disse que possui todas as informações, provas e que não faria denúncias vazias. Hugo Tofoli pediu que as denúncias sejam precisas e encaminhados com antecedência, pois serão solicitados esclarecimentos a Fundação Renova e colocadas como ponto de pauta na reunião da CT-EI. Perguntou com relação ao nada consta no ponto “não se aplica/entregues” se corresponde a não se aplica ou dentro do não se aplica estão constando o que não foi entregue. Pediu para fazer detalhamento do percentual, pois há necessidade de identificar</p>

	<p>se é algo pontual ou genérico. Arthur Almeida explicou que o ponto “não se aplica” corresponde o fato do contratado não tem relação com o subfornecedor de Mariana ou municípios locais, não se aplica a necessidade de nada conta e são apenas 60 contratos Pontuou que o “não conforme” está específico, são 03 contratos que estão sendo monitorados, verificados e exigido junto aos gestores uma ação próxima para entendimento, atuação direta e regularização de todas as situações. Disse que em alguns casos a não conformidade está relacionada a um atraso e outros a uma inconstância documental. Pontuou que quando se fala do valor total os números são expressivos, mas quando se fala da competência do processo do período se fala de 1% dos 70 milhões. Hugo Tofoli interpelou se a informação poderia ser inserida no follow up do programa. O representante da Fundação Renova disse que seria possível fazer essa atualização mensal e inserir no follow up. Hugo Tofoli questionou qual seria o tipo de serviço dos 03 contratos. Arthur Almeida respondeu que o mais representativo dos 03 contratos é obra civil e corresponde a 70% de 70 milhões. Hugo Tofoli destacou a importância de extrair esses dados cada vez, pois torna a análise mais viável para ser avaliada. Arthur Almeida resumiu que a intenção é conseguir visualizar uma redução e aderência a conformidade, para que se reduza todos os meses esse impacto. Hugo Tofoli pediu ao representante da ACIAM que caso tenha algum relatório que encaminhe a CT-EI para que dentro do GT seja analisado e se possa dar um encaminhamento mais específico.</p>
<p>Encaminhamento 52.4</p>	<p>A Fundação Renova deverá inserir no follow up do programa as informações, os dados e os gráficos apresentados.</p>

4. Retomada Atividades Aquícolas e Pesqueiras (PG16)

Pauta	Discussão
<p>a. Informe das reuniões do GT-PG16;</p>	<p>Renato Cardoso fez um breve relato das reuniões do GT PG-16. Disse que receberam a resposta da deliberação nº 480, sugeriram algumas correções dos questionários e a Fundação Renova enviou e acatou a maioria das considerações. Destacou que restou um ponto com relação ao AFE dos anexos 4.a, 4.b e 4.d, pois a Fundação Renova fica com receio de inserir e possa haver uma situação delicada com relação ao entendimento dos atingidos. Tarcísio Caires esclareceu que não vê como problema e sim uma ferramenta para identificar quem está conseguindo receber o auxílio do AFE. Camila Camilo disse que o objetivo foi registrar o ponto de atenção e a precaução, tendo em vista que há meios de solicitar o programa 21 para saber se o atingido está recebendo ou não. Destacou que em algumas situações tiveram falas que ao aderir a atividade do programa e qualquer questão que venham fazer sobre indenização e AE tem uma relação direta de corte. Observou que o programa não tem qualquer relação com a tratativa com relação a essas duas questões, ou seja, que é direito do atingido em si. Informou que a Fundação Renova procura não vincular exatamente para não trazer o transtorno para pesca e os outros programas, de fato quiseram realçar esse ponto de atenção e preocupação. Renato Cardoso falou que receberam as contribuições da CT-REJEITOS com relação a minuta de NT para responder o ofício 2088 dos areeiros regularizados. Pontuou que nos próximos dias a minuta será finalizada para que a CT-EI seja encaminhada ao CIF. Tarcísio Caires pontuou que não teve alteração no documento, somente houve uma inserção a norma que deve ser seguida. Disse que caso seja por ofício será encaminhado no dia seguinte a reunião. Camila Camilo destacou que foi solicitado um fórum específico para tratar em reunião antes de ser deliberada no CIF, pois há necessidade de ter uma conversa um pouco mais restrita. Observou que</p>

	<p>dois representantes dos atingidos na reunião de janeiro/2021 da CT-EI colocaram a necessidade, devido à natureza ser totalmente diferente, da discussão ocorrer fora do fórum da pesca. Pediu que a discussão seja realizada em um fórum antes e ser encaminhada ao CIF ou em caso de dúvida seja enviado um ofício solicitando esclarecimentos. Renato Cardoso disse que poderia ocorrer uma discussão da possível transposição do areeiro para outro programa. Camila Camilo pontuou que trarão as áreas que tem que participar dessa discussão e que estejam presentes no fórum as pessoas relacionadas a temática para que acha objetividade. Pediu para marcar a reunião e receber os apontamentos com antecedência para que no fórum sejam esclarecidos no que couber. Margareth Coelho na linha interna das interfaces dos programas colocou que entende ser importante identificar os pares dos programas da CT-EI dentro do sistema CIF. Sugeriu que primeiro recebe o retorno da Fundação Renova com as orientações e depois convida os pares para esse diálogo. Pediu para que seja feita essa mobilização interna. Renato Cardoso se comprometeu responder até a próxima sexta-feira e em paralelo levantará as instituições que participarão da discussão. Camila Camilo pediu que as tratativas de quais programas poderiam fazer o atendimento seja feito via ofício.</p> <p>Camila Camilo com relação a ATER perguntou se haveria um retorno técnico sobre a atuação, considerando os preceitos principalmetne da PINATER, para construção da metodologia de atuação e de execução. Pontuou que é importante o retorno, pois há necessidade de seguir com os trâmites internos. Reiterou que processo concorrencial é aberto a todas as instituições.</p>
<p>Encaminhamento 52.5</p>	<p>A coordenação do GT-PG 16 encaminhará até a próxima sexta-feira, dia 09/07/2021, uma responder ao ofício 2020.2088 da Fundação Renova referente aos areeiros regularizados.</p>
<p>Encaminhamento 52.6</p>	<p>A coordenação do GT-PG 16 deverá identificar quais instituições e os pares dos programas da CT-EI dentro do sistema CIF que participarão da discussão.</p>
<p>b. Apresentação da avaliação prévia ou definitiva do projeto de criação de peixe elaborado pelo Sr. José Pavuna e parceiros da comunidade Tumiritinga/MG. (Fundação Renova)</p>	<p>Camila Camilo fez um breve resumo do ponto. Disse que foi realizado um alinhamento interno com as áreas que a princípio estavam envolvidas no processo. Informou que foi levado em consideração os critérios de avaliação da Fundação Renova e específico e cada áreas envolvida. Observou que existem formas de atuação de projetos e principalmente avaliada de processo seletivo de projeto. Esclareceu que houve uma conversa com o grupo de Tumiritinga/MG, foi informado todo o entendimento e trâmites que requer esse tipo de atuação. Passou a fala para Gabriela d'Ávila que fez uma breve apresentação sobre o que foi alinhado antes da reunião. Ana Lage reforçou que nesse caso ocorreu um exemplo de resposta institucional e não apenas simples endereçamento de um programa a outro no intuito. Destacou que houve um esforço muito grande, não apenas da área da Pesca e Economia e Inovação, como também do Uso Sustentável da Terra para analisar o projeto e conseguir identificar a possibilidade de atendê-lo e corroborar também para o cumprimento das obrigações no âmbito da reparação.</p> <p>Gabriela d'Ávila fez uma breve apresentação de como foi dada as tratativas de análise do projeto e como poderiam ser oportunizado. A apresentação consta em memória de áudio e vídeo e está disponível para eventuais consultas.</p> <p>Ana Lage destacou que as premissas estabelecidas e a proposição de reformulação do projeto é para que ele esteja de encontro aos escopos de um dos programas compensatórios que fará a transferência de recursos e que o responsável por apresentar o projeto na CT-EI será o PG 15. Gabrila d'Ávila informou que o projeto será formatado para estar dentro do escopo</p>

	<p>do PG15. Salientou que a Fundação Renova entende que se trata de um projeto com potencial geração de conhecimento e internalização das tecnologias para o processo de reparação com potencial de geração de renda. Tarcísio Caires perguntou o que difere essa iniciativa do cultivando para pescar considerando principalmente que a ideia não seria incorrer em um erro da inclusão da tecnologia não exatamente muito acessível e aplicável. Ana Lage explicou que tecnologia é tudo que permite a utilização de conhecimento, novo ou já gerado, nesse sentido o projeto se enquadra no escopo do PG15. Explanou que não poderia ser chamado de cultivando para pescar 2.0, porque a abrangência do PG15 enquanto programa compensatório teria menos restrição dos que os programas reparatórios ao atendimento de quesitos diretamente relacionados a impacto. Tarcísio Caires observou que entende importante o fato de não gerar uma nova tecnologia como no fato do cultivando para pescar. Disse que na sua concepção se enquadra mais ainda no que diz respeito do que se esperaria do cultivando para pescar no primeiro momento. Perguntou se o recurso será compensatório ou reparatório. Ana Lage explicou que o recurso será no âmbito do PG 15, uma verba compensatória, por isso a necessidade de aprovação no âmbito da CT-EI. Inteirou que o escopo está aderente ao escopo de atuação do PG15, especialmente que há oportunidades de aplicação desse conhecimento no processo de reparação. Camilo Camila falou que o entendimento é esse de verificar a viabilidade econômica e tecnologia do projeto em si. Lembrou que no passado o cultivando para pescar foi encaminhado a CT-EI como projeto de pesquisa do qual não cabia ao espoco da pesca. Pontuou que é um projeto piloto e pouco desenvolvida no país, pois os grupos que desenvolve é mais voltado para a subsistência e não para produção e geração de renda. Observou que fica difícil aposta um envolvimento muito grande em algo que se detém pouco informação, por isso foi proposto um projeto ploto. Gabriela d'Ávila explanou que a premissa do PG 15 é ter uma atuação transversal, pois a geração de conhecimento é para a reparação socioeconômica e ambiental. Esclareceu que ainda continuará contanto com as demais equipes envolvidas para que se possa viabilizar e acompanhar o projeto com maior qualidade. Jose Pavuna diante da fala perguntou se terá oportunidade de inserir algumas colocações e ajustes. Arthur Lima respondeu que será feito a reestruturação da proposta juntamente com a equipe do Sr. Jose Pavuna, UST e Rede Vida. Disse que será agenda uma reunião para discutir a proposta apresentada e reformular uma proposta conjunta. Hugo Tofoli perguntou se poderia contar do cronograma a partir da reunião. Sugeriu inserir como ponto de pauta na próxima reunião para acompanhamento, como informes do que aconteceu. Gabriela d'Ávila colocou que também poderia ser inserido no <i>follow up</i> do PG 15. Hugo Tofoli propôs colocar a apresentação do projeto, com as alterações, como ponto de pauta na 55ª RO da CT-EI.</p>
<p>Encaminhamento 52.7</p>	<p>A Fundação Renova apresentará na 53ª RO da CT-EI os avanços do projeto de criação de peixe elaborado pelo Sr. José Pavuna e parceiros da comunidade Tumiritinga/MG.</p>
<p>Encaminhamento 52.8</p>	<p>A Fundação Renova deverá inserir no follow up do PG15 os avanços do projeto de criação de peixe elaborado pelo Sr. José Pavuna e parceiros da comunidade Tumiritinga/MG.</p>
<p>Encaminhamento 52.9</p>	<p>A Fundação Renova apresentará na 55ª RO da CT-EI o projeto de criação de peixe elaborado pelo Sr. José Pavuna e parceiros da comunidade Tumiritinga/MG, com as alterações.</p>

5. Desenvolvimento e Diversificação Econômica (PG18)

Pauta	Discussão
<p>a. Informe das reuniões do GT-DESENVOLVE;</p>	<p>Hugo Tofoli informou que foram realizadas duas reuniões, sendo que uma das reuniões foi para tratar da NT do projeto “Distrito Industrial de Mariana” e a outra foi referente as notas técnicas dos programas. Falou que estão seguindo a pauta do GT-DESENVOLVE na sequência do está sendo encaminhado. Explanou que a Fundação Renova respondeu a NT do projeto “Bancos Comunitários”, que será pautado na próxima reunião do GT-DESENVOLVE.</p>
<p>b. Apresentação da minuta de Nota Técnica do projeto Distrito Industrial de Mariana (GT-Desenvolve).</p>	<p>Thais Vilas Boas e Lorena Gontijo fizeram um breve apresentação da NT do projeto “Distrito Industrial de Mariana”. Registro que a apresentação consta em memória de áudio e vídeo e está disponível para eventuais consultas.</p> <p>Celso Sekiguchi com relação ao item 9 – Orçamento não compreendeu a que está se referindo. Comentou que não visualizou nos itens 04 a 07 o diálogo que ocorreu na reunião das resoluções a respeito de alguns esclarecimentos que não constam na NT. Perguntou se na NT será melhorada e aprovada em outro momento ou se será aprovada da forma que está. Não identificou nenhum item a mais. Thais Vilas Boas colocou que a informação foi aprovada na reunião. Disse que há algumas considerações a colocar se a NT for aprovada na reunião. Ana Lage pediu que fosse pontuado no entendimento do Celso o que foi conversado na reunião do GT. Observou que a NT não está desalinhada com o que foi conversado. Lembrou que houve uma sugestão de segmentação, que ficou entendido que é um processo mais abrangente e a Fundação Renova se colocou à disposição do município no sentido de ajudar na formulação de proposições de políticas públicas que poderia surgir a questão da segmentação. Destacou que o texto da NT não está desalinhado do que foi tratado no GT. Thais Vilas Boas disse que a NT não foi elaborada da forma que está devido a prazo curto e sim conforme seu entendimento. Destacou que pegou os pontos principais e que não seria possível reproduzir tudo que foi dito na reunião. Pedro Moll colocou que foi atentado aos pontos questionados. Celso Sekiguchi falou que não teve como fazer a análise e as considerações em apenas 1,5 dia. Hugo Tofoli ponderou que a NT anterior tinha 03 pontos base de questionamento. Perguntou se as adequações que foram feitas no projeto atendem o primeiro ponto de encaminhamento. Thais Vilas Boas lembrou que perguntou aos membros se perguntou com relação ao item 10 e o termo de compromisso. Pontuou que foi inserido a informação das diretrizes do termo de acordo conforme apresentadas pela Prefeitura de Mariana. Hugo Tofoli inteirou da necessidade de observar no encaminhamento 02 a garantia de execução do projeto. Perguntou se teria a possibilidade apresentar as diretrizes em 90 dias. Thais Vilas Boas sugeriu inserir as diretrizes como anexo do termo de compromisso. Tarcísio Caires considerou se deveria partir para os encaminhamentos ou fazer a leitura da NT. Assinalou que as discussões são feitas no GT, mas há outro rito na elaboração da NT encaminhar aos membros como minuta, dar um prazo e após fazer o fechamento para alguns pontos que foram colocados e ficaram em desacordo. Sugeriu que seja dado um prazo para que os membros façam alguma complementação. Ficou em desconforto com relação a não participação de forma inclusiva da indústria mineraria. Pediu com relação a participação social que fosse utilizado os mecanismos do TAC-GOV e fosse repassado ao Fundo Brasil para acompanhamento. Thais Vila Boas sinalizou que na reunião do GT foi conversado e devido o prazo de envio ao CIF foi feito um trabalho para elaboração da NT antes da reunião da CT-EI para aprovação. Pontuou que se algum membro entender que a NT ainda carece de substancial</p>

aprimoramento deve ser dado um prazo para análise. Observou que até o momento não foi colocado um apontamento de algo que foi discutido amplamente na reunião do GT e que esteja faltando na NT. Com relação ao ponto da participação social considerou que foi mencionado a ação civil pública para integração de posse que envolve a câmara municipal são formas de participação social. Destacou que foi o entendimento dos membros que participaram da reunião do GT. Hugo Tofoli ponderou que fica com receio da participação social devido alguns públicos na questão de o Distrito Industrial ser o atingido ou as empresas, pois o último não entrariam via Fundo Brasil. Ana Lage disse que o TTAC traz o apoio a diversificação ao desenvolvimento de outras fora da indústria mineraria e que ficou estranho a informação do item a. Com relação a participação social não entendeu, visto que é uma questão da política municipal industrial e deve ser puxada pelo município por meio das associações e organizações empresariais que possam contribuir na proposição de uma política. Hugo Tofoli perguntou se a forma como está prejudicaria a avaliação e aprovação da NT. Ronan Cunha colocou que receberam a NT na segunda feira a noite e não teve tempo de analisar e assinar como de acordo. Disse que há alguns pontos que devem ser considerados. Pediu um tempo para analisar com mais calma a NT e assim poder aprovar. Hugo Tofoli sinalizou que os representantes do MPF necessitavam de uma melhor análise do documento. Thais Vilas Boas propôs que seja feita a aprovação com a ressalva do MPF, considerando que a prerrogativa é uma previsão expressa no regimento interno das CTs. Ronan Cunha indicou ter mais tempo para análise da NT e após seja levantada uma reunião extraordinária para aprovação. Pedro Moll reforçou que seja dada o encaminhamento da NT para o CIF com a ressalva do MPF. Thaís Vilas Boas ponderou que está pesando pros e contras considerando que não há um apontamento prático e que participou da reunião do GT e não se opôs ao envio da NT na segunda-feira para apresentação na reunião da CT-EI. Celso Sekiguchi destacou que tem mais de 06 meses que vem trabalhando a NT, sempre no sentido de melhorar e não criar uma barreira. Relevou que não vê fletido todo esse esforço e um esclarecimento que se possa pontuar, pois o objetivo é aprovar um projeto de forma célere e robusto. Margareth Coelho colocou que há um prazo para encaminhamento da NT, vai para o site e depois em outro prazo para que qualquer membro ou pessoa possa se manifestar no SEI. Hugo Tofoli aventou em aprovar com ressalva do MPF para encaminhar ao CIF, os representantes do MPF verificando a necessidade de nova deliberação chamaria uma reunião extraordinária para correção da NT e retificaria o documento no CIF. Margareth Coelho disse que no tipo de empreendimento se dá em camadas. Perguntou quem de fato irá participar desse processo para que se caracterize enquanto a participação social e quem trabalhará as diretrizes e os critérios para priorização do tipo de investimento pode ser recepcionado nos terrenos. Pontuou que pode complicar mais a frente o entendimento do quem venha a ser essa participação e da responsabilidade de quem vai fomentar esse processo. Ana Lage considerou que está previsto no TTAC a questão de apoiar empresas de outros seguimentos. Amarildo Pereira informou que não nenhuma empresa em Mariana instalada que dependem totalmente da mineração para sobreviver. Destacou que o distrito industrial só tem 13 lotes e a ACIMA possui 19 empresas cadastradas que não dependem exclusivamente da mineração. Observou que as empresas precisam de espaço para aumentar sua capacidade de investimento e criação de emprego para atender outras demandas que não são da mineração. Explanou que a CT-EI pode ficar tranquilo com essa situação pois não tem como ser específico. Hugo Tofoli observou que foi por esse motivo que se entendeu que a participação social na elaboração do projeto estava sendo contemplado. Tarcísio Caires propôs ter um debate com relação a questão da participação social para identificação dos objetivos de cada ator. Pensou

	<p>com relação ao prazo de apresentação para o termo de referência que não foi estipulado. Hugo Tofoli explicou que o prazo pode seivar a obra e foi pensado em diretrizes de como será executado o projeto. Colocou em aprovação a NT com a ressalva do MPF que solicitou mais tempo, pois não teve tempo de realizar uma análise mais profunda do documento e caso identifique a necessidade de correção será realizada uma reunião extraordinária para fazer a correção.</p> <p><u>Registro que a ressalva foi inserida no corpo da NT por solicitação dos representantes do MPF.</u></p> <p><u>Levada a deliberação, registro por unanimidade a aprovação da NT do projeto “Distrito Industrial de Mariana” com a ressalva e alterações sugeridas durante a discussão na reunião.</u></p> <p><u>Registro que os o Follow up dos PGs 19 e 20 foram suprimido da reunião.</u></p> <p>Ana Lage informou que não houve evolução no <i>Follow up</i> do PG-42 do mês março/2021 para o mês de abril/2021.</p> <p>Hugo Tofoli solicitou que na próxima reunião da CT-EI a apresentação dos <i>Follow up</i> comece pelo PG 19 e PG 20.</p>
Encaminhamento 52.10	O MPF analisará a NT e, caso entenda, solicitará uma reunião extraordinária para correção e aprovação.
Encaminhamento 52.11	O secretariado solicitará ponto de pauta na 52ª RO do CIF para apresentação da NT do projeto “Distrito Industrial de Mariana”.
Encaminhamento 52.12	O secretariado deverá pautar na 53ª RO da CT-EI os programas 19 e 20 como os primeiros na apresentação do <i>Follow up</i>.

Finalmente, o coordenador da CT-EI, sr. Hugo Santos Tofoli, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a **52ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Economia e Inovação – CTEI/CIF** às dezesseis horas e vinte e cinco minutos do dia sete de abril de dois mil e vinte e um.

Registro que a presente ATA foi aprovada no dia 12/05/2021, na 53ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE ECONOMIA E INOVAÇÃO – CTEI/CIF.

HUGO SANTOS
TOFOLI:03094
672760

Assinado de forma digital por HUGO SANTOS
TOFOLI:03094672760
Dados: 2021.05.20 17:09:02 -03'00'

HUGO SANTOS TOFOLI
Coordenador da Câmara Técnica de Economia e Inovação